

Governo avisa que anistia aumentará impostos

Brasília — Wilson Pedrosa

BRASÍLIA — O governo ameaça: caso os constituintes aproveem, nas disposições transitórias da nova Constituição, as emendas que perdoam as dívidas contraídas pelos pequenos agricultores e microempresários durante a vigência do Plano Cruzado, não haverá outra alternativa a não ser a elevação de impostos, acompanhada da efetivação de novos cortes nos gastos públicos.

Esta é a posição do ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, que já afirmou aos seus mais graduados auxiliares que não pretende rever a meta de um déficit público que, este ano, equivale a 4% do Produto Interno Bruto ou quase CZ\$ 3 trilhões — como foi acordado com o Fundo Monetário Internacional. Para que isso seja possível, o governo não pode arcar com nenhuma outra despesa, além das previstas na revisão orçamentária

que será enviada nas próximas semanas ao Congresso Nacional.

Tanto os cortes públicos quanto a elevação de impostos penalizarão os contribuintes. No primeiro caso, os prejudicados poderão ser, mais uma vez, os servidores da União, que poderão ver seus salários novamente confiscados pelo governo. Na outra hipótese, os consumidores em geral sofrerão as consequências, pois, do ponto de vista legal, o tributo com mais flexibilidade de alteração, independentemente do período do ano fiscal, é o IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados). Os assalariados também poderiam ser atingidos com a ampliação da retenção do Imposto de Renda na fonte através da não correção da tabela progressiva do tributo, embora essa alternativa seja questionada até mesmo por integrantes do próprio governo. Ainda haveria a possibilidade de ampliação

da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras, nesta área tributária.

No Ministério da Fazenda, é visível a irritação dos técnicos e economistas com as emendas dos deputados Humberto Souto (PFL-MG), Ziza Valladares (sem partido) e do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), pois o Tesouro Nacional ainda não engoliu o prejuízo que será arcado pela União em consequência da reforma tributária incluída na nova Constituição, que amplia a transferência de recursos para estados e municípios sem o repasse de encargos.

O ministério da Fazenda também não pretende rever os cálculos que prevêem um déficit equivalente a 10 bilhões de dólares para o Tesouro Nacional, caso as emendas sejam aprovadas, e aguarda as negociações entre os líderes do governo na Constituinte e os autores das propostas.



Sant'Anna (E) e Derzi dão recado a Cabral

Sarney transmite a seus líderes veto de militar a ampliação da anistia

BRASÍLIA — O presidente José Sarney exigiu dos seus líderes no Congresso, durante reunião no Palácio da Alvorada, que a anistia a ser concedida aos militares cassados fique no limite estabelecido pelo texto do *Centrão*. Já aprovado em plenário, o texto permite apenas a promoção aos postos que atingiram, por contagem de tempo, os punidos por atos de exceção, mas não por atos administrativos, como muitos marinheiros excluídos da ativa em 64.

Sarney e os ministros militares não aceitam a reintegração na ativa dos militares punidos na ativa, não admitem o pagamento de atrasados aos cassados e nem a extensão da anistia aos marinheiros, que implicaria reintegração na Força. Segundo um ministro da confiança de Sarney, a anistia aos militares é o principal assunto político do governo, "todos os demais são secundários".

O presidente se reuniu com os líderes Carlos Sant'Anna, José Lourenço, Saldanha Derzi e Marcondes Gadelha e apresentou a exigência militar de que seja aprovado o texto do *Centrão*. Sant'Anna tentou desconstruir Sarney explicando que o texto está aprovado e só poderá ser derrubado se aparecerem 280 constituintes em plenário. O deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, apostou: "Isto é impossível". Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado, sugeriu: "Nós podemos retirar nosso pessoal e negar número, o senhor fique tranquilo".

— Mesmo assim temos que ter muito cuidado porque os militares foram muito solidários conosco e não podemos falhar — disse o presidente José Sarney, segundo reproduziu o ministro que teve acesso ao que foi conversado no encontro.

Delfina preferiu não se endividar

Delfina Amaral Brasil, apesar do sobrenome, diz que não acreditou no Plano Cruzado e preferiu continuar mantendo sua loja de roupas femininas sem recorrer a empréstimo. "Qualquer pessoa um pouco esclarecida percebia que seria impossível manter o congelamento".

A decisão de não pedir dinheiro a banco, tomada ainda quando começou na atividade de microempresária, em 1976, teve um preço. "Continuar micro", diz ela, contando que este ano demitiu a única empregada. Apesar da dificuldade para manter as vendas da loja que possui no Setor Comercial Norte de Brasília, Delu Modas, Delfina não é contra a anistia pretendida pelos microempresários: "A maior parte da classe média foi estimulada pelo governo a montar seu próprio negócio. Agora, vamos devagar com o andor. Deve ser cumprido o que estava no contrato firmado na época".

Delfina acredita que a emenda do deputado Ziza Valladares (sem partido — MG) é a mais justa, pois determina o pagamento da dívida com taxas de juros e correção monetária da época do empréstimo, e não atuais. Mas se vier a anistia plena ela também não se incomoda: "Tem muita gente que já vendeu tudo que possuía para pagar as dívidas".

Lolita perdeu um apartamento

Tentar reaver o apartamento que teve de vender para pagar um financiamento durante o Plano Cruzado é o sonho de D. Lolita, proprietária da Pizzaria Salute, na Superquadra 208 Sul. Suas dificuldades começaram quando, "por acreditar no presidente Sarney e no ministro Funaro", no final de agosto de 86, ela fez um empréstimo de CZ\$ 150 mil, a juros de 4%, para ser pago em 60 dias. A situação do comércio já estava ficando ruim e, recorda, teve de renegociar a dívida, pagando 12% de juros. "Como continuei sem poder saldar o débito", conta, "repassei novamente, já pagando 25% de juros em janeiro de 87".

Com o fim do congelamento, ela começou a ser pressionada pelo banco para liquidar tudo. Em janeiro de 88, com uma dívida de CZ\$ 2 milhões vendeu o apartamento, porque, embora o financiamento fosse para pessoa jurídica, era a principal avalista. D. Lolita, que se considera injustiçada, torce para a anistia ser aprovada, pois espera poder adquirir um apartamento e manter a pizzaria. "Afinal, o empréstimo que fiz foi para saldar a última prestação da compra da loja".

Simone tem débito que aumenta sempre

Simone Novaes Faccin de Farias, dona de uma indústria de confecção feminina desde 1981, na W2-Sul, tem vontade de chorar, quando lembra que acreditou no Plano Cruzado. Estimulada pela perspectiva de ampliar as vendas, fez um empréstimo de CZ\$ 685 mil, a juros de 2,5% ao mês, para ser pago em 12 meses. Quando havia pago seis prestações veio o descongelamento e ela teve que renegociar a dívida a juros de 25% ao mês, mais a OTN. "Aí já passei a dever CZ\$ 1 milhão 475 mil. Em janeiro deste ano, a prestação, que era de CZ\$ 100 mil, passou para CZ\$ 201 mil. Desisti de pagar".

Hoje, com uma dívida de CZ\$ 3 milhões 800 mil, Simone diz que já tentou negociar com o banco para pagar somente o principal. O banco, no entanto, só oferece desconto de 45% à vista, sobre o total do débito. Como não pode aceitar a proposta, ela espera a aprovação da anistia.

Na semana passada, Simone fez plantão na porta do Congresso. Falou com 26 constituintes, entre eles o deputado Delfim Neto (PDS-SP), com quem sua mãe trabalhou vários anos. De concreto, recebeu o conselho de Delfim para não pagar porque a anistia será aprovada. Simone quer pagar o que contratou durante o Cruzado. Se isso não ocorrer, diz que fecha a fábrica e demite os 20 empregados.

Senador quer passar emenda sem acordo já

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e o deputado Humberto Souto (PFL-MG), autores da fusão de emendas que anistia as dívidas dos micro e pequenos empresários contraídas após a decretação do Plano Cruzado, acham que ainda não chegou o momento de fechar um acordo com o governo sobre o assunto. "Acordo agora, não. Temos de aumentar a mobilização para garantir a aprovação da emenda", disse Souto. Ele admite, porém, um entendimento em cima da hora da votação, desde que os micro e pequenos empresários não sejam obrigados a pagar a correção monetária das dívidas.

"Se não houver acordo, a emenda passa", garante Mansueto. Ele prefere, no entanto, que o governo não tome a iniciativa de conceder a anistia, porque, neste caso, teria de assumir sozinho todas as dívidas, beneficiando os bancos privados, responsáveis, segundo ele, por 32% dos financiamentos. "O que queremos é que cada parte — bancos oficiais e bancos privados — assumam proporcionalmente a anistia da correção monetária", disse.

Mansueto diz que também está aberto para o entendimento. "Também não é bom a Constituinte decidir uma questão dessa contra o governo. Devemos distribuir as responsabilidades", explica. Mas parlamentares que participam das negociações dentro da Constituinte afirmam que o governo, se não quiser ser derrotado, tem de dialogar.

UDR atrai poucos mas não desiste

GOIÂNIA — O ato público que reuniria à tarde 100 mil pessoas, como previa a UDR, não conseguiu juntar na Praça Tamarandé mais do que 1 mil 500, para ouvir os discursos inflamados de empresários e do líder da entidade, Ronaldo Caiado. Mesmo assim, ele achou que a manifestação foi uma boa prévia do que a UDR e os empresários pretendem fazer em Brasília, para pressionar os constituintes a aprovarem a emenda do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que isenta de correção monetária os empréstimos contraídos após o Plano Cruzado.

Caiado disse que a UDR está articulando um lobby maior do que o organizado contra a reforma agrária. Para ele, a emenda tem chances de ser aprovada porque é ilegal a cobrança de correção monetária nos empréstimos feitos por agricultores durante o Cruzado.